



RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO DE DIAGNÓSTICO

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO DE DIAGNÓSTICO

Relatório técnico apresentado por Israel Barbosa Lome ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap UTFPR), sob orientação da docente Dr.a Louisi Francis Moura



4.0 Internacional

Esta licença permite download e compartilhamento do trabalho desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-lo ou utilizá-lo para fins comerciais. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

Resumo

03

Público-alvo da proposta

05

Contexto

06

Descrição da situação-problema

08

Objetivos da proposta de intervenção

10

Aplicação do modelo

12

Diagnóstico e análise

15

Proposta de intervenção

21

Responsáveis pela proposta de
intervenção e data

23

Referências

24

Protocolo de recebimento

25

SUMÁRIO

RESUMO

O relatório apresenta uma análise abrangente dos mecanismos de transparência na administração pública, estruturada em doze dimensões fundamentais de avaliação. Estas dimensões abrangem aspectos legais, operacionais, tecnológicos e culturais, compondo um modelo diagnóstico que possibilita avaliar de forma detalhada a eficácia dos processos de transparência governamental e identificar áreas prioritárias para aprimoramento. O estudo, com foco no município de Itabuna-BA, oferece insights relevantes sobre a aplicação prática do modelo diagnóstico e destaca tanto avanços quanto lacunas importantes, servindo como referência para outras administrações municipais e também para instâncias estaduais e federais.

A análise revelou um cenário heterogêneo, onde algumas áreas demonstram progressos importantes, enquanto outras enfrentam deficiências estruturais. Entre os pontos positivos identificados, destacam-se a existência de políticas adequadas de proteção de dados pessoais e a presença de processos eficientes para transparência. No entanto, o diagnóstico evidenciou fragilidades em áreas como a classificação de informações sigilosas, o uso limitado de tecnologias para facilitar o acesso à informação, a falta de programas específicos de capacitação em transparência para servidores e a ausência de estratégias que considerem a diversidade socioeconômica e geográfica da população para garantir um acesso equitativo à informação pública. Essas deficiências, especialmente nas dimensões de participação cidadã e gestão de desempenho, indicam que, embora existam práticas de transparência em andamento, ainda há um longo caminho para alcançar um nível de transparência alinhado às melhores práticas e demandas da sociedade.

Fundamentado nesses achados, o relatório propõe recomendações específicas para cada uma das doze dimensões avaliadas. As ações sugeridas incluem a implementação de sistemas de classificação de informações sigilosas, o que contribuiria para proteger informações sensíveis enquanto se mantém a transparência em outras áreas; a ampliação do uso de tecnologias e plataformas intuitivas para facilitar o acesso e a compreensão das informações pelos cidadãos; e o desenvolvimento de programas regulares de capacitação para servidores, com o intuito de consolidar uma cultura organizacional voltada para a transparência e integridade. Além disso, o documento enfatiza a importância de estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação de impacto, que permitam acompanhar o progresso das políticas de transparência e promover ajustes sempre que necessário. Outra recomendação relevante é a criação de estratégias de inclusão e equidade no acesso à informação, garantindo que toda a população, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenha acesso igualitário às informações governamentais.



Para assegurar a eficácia na implementação das melhorias propostas, o relatório define uma estrutura de responsabilidades, com papéis e atribuições claramente distribuídos entre diferentes instâncias da administração pública. A participação de um grupo de trabalho multidisciplinar, composto por representantes das áreas de governança, auditoria interna, compliance e comunicação institucional, é considerada essencial para garantir uma abordagem integrada e eficiente. O sucesso das ações recomendadas depende do comprometimento institucional, da coordenação adequada entre os atores envolvidos e do monitoramento contínuo dos resultados. Este monitoramento permitirá ajustes estratégicos e contribuirá para o fortalecimento de uma gestão pública mais transparente, eficiente e orientada às necessidades da sociedade.

Em última instância, a aplicação das recomendações contidas neste relatório representa um passo significativo para a consolidação de práticas de transparência que contribuam para a democratização do acesso à informação e o fortalecimento da governança pública no Brasil. O documento conclui destacando que a transparência é um processo contínuo de adaptação e aprimoramento, fundamental para que a administração pública possa responder com eficácia às demandas dos cidadãos, promovendo uma gestão mais ética, eficiente e democrática.

As recomendações apresentadas pelo relatório refletem um esforço em direção a uma administração pública mais participativa e responsiva, alinhada aos princípios democráticos de transparência e accountability. Ao implementar as sugestões propostas, os gestores públicos poderão promover uma governança mais robusta, que fortaleça a confiança dos cidadãos e fomenta o controle social. Dessa forma, o guia busca ser uma ferramenta prática e abrangente para o desenvolvimento de políticas de transparência que transcendam a mera disponibilização de dados e promovam um acesso claro, acessível e completo à informação pública.



PÚBLICO ALVO

O público alvo deste relatório técnico são gestores públicos, pesquisadores em administração pública, e profissionais envolvidos na implementação e avaliação de políticas de transparência governamental. O guia busca oferecer uma ferramenta prática e estruturada para aprimorar a eficácia dos mecanismos de transparência na administração pública, promovendo a accountability e a participação cidadã. Além disso, destina-se a estudantes e acadêmicos interessados em explorar modelos diagnósticos aplicados ao setor público, com foco no contexto brasileiro.



A transparência governamental é fundamental para fortalecer a confiança pública, garantindo que os cidadãos tenham acesso a informações claras e precisas sobre as ações do governo, o que promove uma gestão mais ética, responsável e alinhada aos interesses coletivos.



CONTEXTO

Este relatório técnico visa oferecer um guia prático para a aplicação de um modelo diagnóstico de mecanismos de transparência na administração pública. A crescente demanda por transparência e accountability no setor público, especialmente em contextos municipais, tem impulsionado o desenvolvimento de ferramentas que possam avaliar e aprimorar a divulgação de informações governamentais.

No Brasil, a transparência governamental é essencial para fortalecer a democracia e aumentar a confiança entre cidadãos e governo. No entanto, a simples existência de leis de acesso à informação não garante sua efetividade. Este relatório surge da necessidade de identificar lacunas e propor melhorias significativas nos mecanismos de transparência, utilizando um modelo abrangente que considera aspectos legais, operacionais e culturais.

O estudo de caso realizado no município de Itabuna, Bahia, ilustra a aplicação prática desse modelo, destacando tanto os desafios quanto as boas práticas no contexto brasileiro. Este documento pretende servir como uma referência para outros municípios que buscam aprimorar suas práticas de governança pública, contribuindo para uma administração mais eficiente e responsiva às necessidades dos cidadãos.



A transparência governamental é reconhecida como um elemento central para fortalecer a governança democrática, promover o controle social e consolidar a confiança entre cidadãos e governo. No Brasil, este princípio tem sido cada vez mais valorizado, impulsionado por legislações como a Lei de Acesso à Informação (LAI) e pela criação de portais de transparência que se tornaram obrigatórios em diferentes níveis da administração pública. Segundo o estudo analisado, a transparência não é apenas uma questão de disponibilizar dados, mas sim de apresentar informações de forma clara, acessível e completa, garantindo que os cidadãos possam acompanhar e avaliar a gestão pública e, assim, exercer o controle social (Lome & Moura, 2024)

A administração pública brasileira enfrenta desafios na implementação efetiva de mecanismos de transparência, especialmente em administrações municipais, onde frequentemente faltam recursos técnicos e operacionais adequados. No estudo de caso examinado, foram identificadas lacunas como a ausência de relatórios de desempenho regular, baixa clareza das informações publicadas e limitações na promoção da participação cidadã. Apesar desses desafios, o estudo destaca avanços importantes, como a existência de políticas de proteção de dados pessoais e o uso de tecnologias que facilitam o acesso a informações, ainda que de forma limitada (Lome & Moura, 2024)

Este Guia de Aplicação de um Modelo Diagnóstico de Mecanismos de Transparência na Administração Pública é desenvolvido com base na experiência analisada, oferecendo uma ferramenta prática e abrangente para avaliar e melhorar os mecanismos de transparência em todas as esferas governamentais. O modelo diagnóstico proposto é composto por 12 dimensões que abrangem aspectos legais, operacionais, tecnológicos e culturais, permitindo uma análise detalhada da eficácia dos mecanismos de transparência em diferentes contextos da administração pública. O modelo possibilita identificar áreas que necessitam de melhorias, como a inclusão de canais efetivos para a participação cidadã, a publicação regular de dados de desempenho e a melhoria na clareza e acessibilidade das informações.

O objetivo deste guia é apoiar não apenas as administrações municipais, mas todas as instâncias da administração pública – incluindo órgãos estaduais e federais – a implementar práticas de transparência mais robustas. Ao oferecer diretrizes baseadas nas dimensões do modelo diagnóstico, este guia orienta gestores públicos na criação de ambientes organizacionais mais transparentes e acessíveis. Ele também visa garantir a conformidade com exigências legais e regulatórias, promover o engajamento dos cidadãos e fortalecer a accountability governamental. Como destacado pelo estudo, o modelo não se limita à avaliação do estado atual dos mecanismos de transparência, mas também serve como base para o desenvolvimento de ações de melhoria contínua que atendam às demandas sociais por maior clareza e participação no setor público.



DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A administração pública enfrenta desafios significativos em relação à transparência e à accountability. Embora existam leis e ferramentas voltadas para a divulgação de informações, a efetividade desses mecanismos muitas vezes é limitada. A falta de clareza, a irregularidade na publicação de dados e a baixa participação cidadã comprometem a confiança entre cidadãos e governo.

No contexto brasileiro, como observado no estudo de caso de Itabuna, Bahia, essas dificuldades são evidentes. Relatórios de gestão e desempenho não são divulgados regularmente, e as informações disponíveis frequentemente carecem de clareza e acessibilidade. Além disso, a participação cidadã na fiscalização das ações governamentais é limitada, o que enfraquece o controle social e a responsabilização dos gestores públicos.

Essas lacunas na transparência comprometem a eficácia das políticas públicas e a governança. Sem indicadores claros e metas definidas, a gestão de desempenho se torna ineficiente, prejudicando a implementação de melhorias e a prestação de contas à sociedade. Portanto, há uma necessidade urgente de aprimorar os mecanismos de transparência e fortalecer a gestão de desempenho para garantir uma administração pública mais aberta, responsável e eficaz.

A implementação efetiva de mecanismos de transparência é fundamental para o fortalecimento da democracia, como destaca Matias-Pereira (2014). No entanto, a análise do Portal de Transparência do município estudado revela que, mesmo com a existência de tecnologias moderadas para facilitar o acesso às informações, ainda existem barreiras significativas para a efetiva participação e controle social, comprometendo assim o princípio básico da transparência governamental.

O modelo diagnóstico aplicado identificou que, além das questões de divulgação de informações, há uma carência significativa na gestão de desempenho da administração municipal. A falta de indicadores claros e metas definidas dificulta a avaliação objetiva dos resultados das políticas públicas implementadas. Esta situação não apenas compromete a efetividade das ações governamentais, mas também impossibilita uma adequada responsabilização dos gestores públicos.

No contexto da governança pública em nível local, como aponta Silva (2022), é crucial promover uma gestão mais eficiente e responsiva às necessidades dos cidadãos. Contudo, as lacunas identificadas no estudo demonstram que, apesar da existência de uma política de proteção de dados pessoais, ainda há um longo caminho a ser percorrido para alcançar um nível satisfatório de transparência e accountability, especialmente no que diz respeito à clareza das informações disponibilizadas e à promoção da participação cidadã efetiva.



OBJETIVOS DA PROPOSTA

A presente proposta tem como finalidade estabelecer diretrizes claras e práticas para a avaliação de mecanismos de transparência na administração pública. Este guia prático apresenta um modelo diagnóstico que visa avaliar e aprimorar tais mecanismos, fortalecendo a governança, promovendo a accountability e aumentando a confiança entre cidadãos e governo. Considerando as lacunas identificadas no estudo e a necessidade crescente de fortalecer a governança pública, busca-se oferecer ferramentas e metodologias que possibilitem uma gestão mais transparente e eficiente, promovendo tanto o aprimoramento dos processos internos quanto o fortalecimento da participação cidadã no controle social. A partir de um estudo de caso realizado em um município brasileiro, este guia oferece uma metodologia estruturada, baseada em doze dimensões-chave, que abrange aspectos legais, operacionais, tecnológicos e culturais, com vistas a orientar gestores públicos, pesquisadores e demais interessados na implementação de políticas de transparência mais efetivas.

Objetivos

O objetivo geral é fornecer um guia prático de aplicação do modelo diagnóstico para avaliação e aprimoramento dos mecanismos de transparência na administração pública, visando fortalecer a governança e promover maior efetividade na prestação de contas à sociedade. Os objetivos específicos incluem: apresentar uma metodologia estruturada para diagnóstico dos mecanismos de transparência, baseada nas 12 dimensões identificadas na pesquisa; oferecer diretrizes para implementação de melhorias na gestão de desempenho e divulgação de informações públicas; estabelecer parâmetros para avaliação da eficácia dos mecanismos existentes; propor estratégias para aumentar a participação cidadã e o controle social; orientar a adequação dos portais de transparência às necessidades de clareza e acessibilidade das informações; e fornecer instrumentos para o monitoramento contínuo da efetividade das práticas de transparência governamental.

12 DIMENSÕES

1. Base Legal e Regulatória
2. Divulgação Proativa de Informações
3. Mecanismos de Acesso à Informação
4. Qualidade da Informação
5. Participação Cidadã
6. Accountability
7. Gestão de Desempenho
8. Tecnologia e Acessibilidade
9. Proteção de Dados e Segurança
10. Cultura Organizacional
11. Eficiência e Eficácia
12. Equidade e Inclusão



FUNÇÃO DAS 12 DIMENSÕES

Base Legal e Regulatória

Avalia a existência e aplicação de leis e regulamentos que sustentam a transparência e o acesso à informação pública.

Divulgação Proativa de Informações

Verifica a publicação de dados governamentais de forma acessível e regular, incluindo relatórios de gestão e desempenho.

Mecanismos de Acesso à Informação

Avalia a existência de canais através dos quais os cidadãos podem solicitar e obter informações do governo.

Qualidade da Informação

Mede a clareza, precisão e compreensibilidade das informações disponibilizadas ao público.

Participação Cidadã

Examina a existência de mecanismos que promovem o envolvimento dos cidadãos na governança e nas decisões públicas.

Accountability

Analisa a prestação de contas dos gestores públicos, incluindo a frequência e qualidade das auditorias e relatórios de desempenho.

Gestão de Desempenho

Avalia a definição e acompanhamento de indicadores de desempenho, metas e a avaliação de resultados das políticas públicas.

Tecnologia e Acessibilidade

Verifica o uso de tecnologias para facilitar o acesso às informações e a inclusão de pessoas com deficiência no processo de transparência.

Proteção de Dados e Segurança

Examina as políticas de proteção de dados pessoais e as medidas de segurança adotadas para proteger informações sensíveis.

Cultura Organizacional

Avalia a promoção de uma cultura interna de transparência, ética e integridade entre os servidores públicos.

Eficiência e Eficácia

Mede a otimização dos processos de transparência e a capacidade da administração de gerar resultados concretos e benéficos à sociedade

Equidade e Inclusão

Verifica se a transparência atinge de forma igualitária todos os segmentos da população, considerando diversidade socioeconômica e geográfica.



APLICAÇÃO DO MODELO DIAGNÓSTICO

Esta análise foi conduzida através de um estudo de caso focado na política de transparência do município de Itabuna, Bahia, utilizando como fonte primária de dados o site oficial da Prefeitura Municipal. A abordagem de estudo de caso seguiu as diretrizes de Yin (2018), que enfatiza a importância de múltiplas fontes de evidência para garantir a validade da pesquisa. O modelo diagnóstico desenvolvido foi aplicado sistematicamente ao portal de transparência e demais seções relevantes do site da Prefeitura de Itabuna (www.itabuna.ba.gov.br). Para cada elemento do modelo diagnóstico, realizou-se uma avaliação da presença e eficácia dos mecanismos correspondentes na política de transparência municipal. Esta avaliação foi inspirada na metodologia de "conformidade e explicação" (comply-or-explain) proposta por MacNeil & Li (2006), adaptada para o contexto da administração pública municipal.

A análise dos dados seguiu o método de análise de conteúdo qualitativo descrito por Mayring (2004), permitindo uma interpretação sistemática e contextualizada dos documentos e funcionalidades do site. Cada uma das 12 categorias do modelo diagnóstico foi avaliada individualmente, considerando aspectos como:

1. Base Legal e Regulatória: Verificou-se a existência e acessibilidade de leis municipais sobre transparência e acesso à informação.

2. Divulgação Proativa de Informações: Analisou-se a presença de um portal de transparência e a disponibilidade de dados abertos.

3. Mecanismos de Acesso à Informação: Avaliou-se a existência e eficácia de canais para solicitação de informações pelos cidadãos.

4. Qualidade da Informação: Examinou-se a clareza, atualização e completude das informações disponibilizadas.

5. Participação Cidadã: Investigou-se a presença de canais de participação, como consultas públicas online.

6. Accountability: Analisou-se a disponibilidade de relatórios de prestação de contas e mecanismos de responsabilização.

7. Gestão de Desempenho: Verificou-se a existência de indicadores de desempenho e metas municipais publicados.

8. Tecnologia e Acessibilidade: Avaliou-se a usabilidade do site e sua acessibilidade para pessoas com deficiência.

9. Proteção de Dados e Segurança: Examinou-se a presença de políticas de proteção de dados pessoais e medidas de segurança da informação.

10. Cultura Organizacional: Buscou-se evidências de promoção de uma cultura de transparência na administração municipal.

11. Eficiência e Eficácia: Analisou-se a otimização dos processos de transparência e prestação de informações.

12. Equidade e Inclusão: Verificou-se a existência de medidas para garantir acesso igualitário à informação.



APLICAÇÃO DO MODELO DIAGNÓSTICO

Para operacionalizar a avaliação dos mecanismos de transparência na administração pública, foi desenvolvida uma escala de pontuação que permite mensurar o nível de maturidade de cada critério dentro das 12 dimensões do modelo diagnóstico. A escala foi estruturada em cinco níveis, variando de 0 a 4 pontos, possibilitando uma avaliação gradual e sistemática de cada aspecto analisado.

O nível 0 (Inexistente) indica que o critério não é atendido de forma alguma pela organização, representando uma ausência total do aspecto avaliado. O nível 1 (Inicial) demonstra que existem evidências mínimas de atendimento ao critério, sinalizando os primeiros passos na direção da transparência. No nível 2 (Em desenvolvimento), o critério é parcialmente atendido e existem planos de melhoria em andamento, indicando um comprometimento com o progresso. O nível 3 (Estabelecido) representa um critério que é atendido de forma satisfatória, demonstrando maturidade no aspecto avaliado. Por fim, o nível 4 (Avançado) indica que o critério é plenamente atendido, com práticas exemplares que podem servir de referência para outras organizações.

Para facilitar a interpretação dos resultados agregados, foram estabelecidos quatro intervalos de análise. Pontuações entre 0 e 1 caracterizam uma "Transparência Crítica", indicando necessidade de atenção urgente e melhorias significativas. O intervalo entre 1 e 2 pontos representa uma "Transparência em Desenvolvimento", onde há progresso visível, mas são necessárias melhorias substanciais. Resultados entre 2 e 3 pontos indicam uma "Transparência Estabelecida", demonstrando um bom nível de transparência com oportunidades de aprimoramento. Por fim, pontuações entre 3 e 4 caracterizam uma "Transparência Avançada", representando um excelente nível de transparência com práticas exemplares.



APLICAÇÃO DO MODELO DIAGNÓSTICO

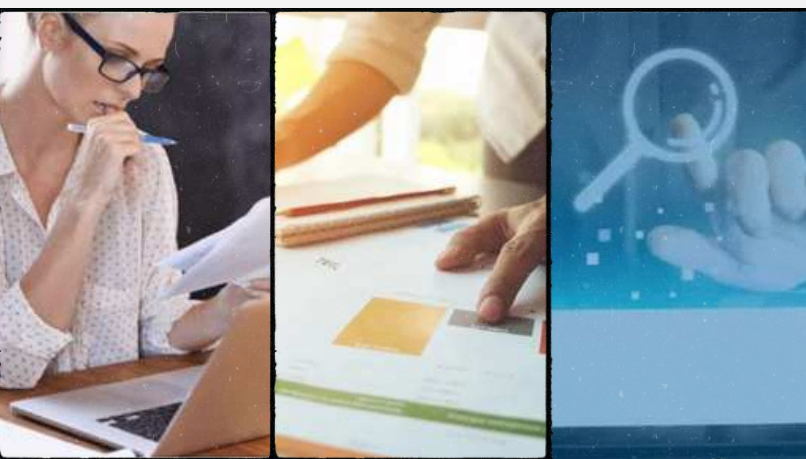
Escala de Pontuação

Para cada critério dentro das 12 dimensões do modelo, utilize a seguinte escala de pontuação:

0	1	2	3	4
Inexistente: O critério não é atendido de forma alguma.	Inicial: Há evidências mínimas de atendimento ao critério.	Em desenvolvimento: O critério é parcialmente atendido, com planos de melhoria.	Estabelecido: O critério é atendido de forma satisfatória.	Avançado: O critério é plenamente atendido, com práticas exemplares.

Interpretação dos Resultados

- 0-1: Transparência Crítica - Necessita atenção urgente e melhorias significativas.
- 1-2: Transparência em Desenvolvimento - Há progresso, mas são necessárias melhorias substanciais.
- 2-3: Transparência Estabelecida - Bom nível de transparência, com oportunidades de aprimoramento.
- 3-4: Transparência Avançada - Excelente nível de transparência, com práticas exemplares.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

APLICAÇÃO DO MODELO DIAGNOSTICO NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA-BA

Base Legal e Regulatória	
Existência de leis de acesso à informação	<input type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Em desenvolvimento <input checked="" type="checkbox"/> Existente
Regulamentações específicas sobre transparência	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Em desenvolvimento <input type="checkbox"/> Existente
Alinhamento com padrões internacionais (ex: OGP)	<input type="checkbox"/> Não alinhado <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente alinhado <input type="checkbox"/> Totalmente alinhado
Divulgação de Informações	
Portais de transparência	<input type="checkbox"/> Inexistente <input checked="" type="checkbox"/> Em desenvolvimento <input type="checkbox"/> Existente
Publicação de dados abertos (Frequência)	<input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> Raramente <input checked="" type="checkbox"/> Regularmente <input type="checkbox"/> Constantemente
Publicação de dados abertos (Abrangência)	<input type="checkbox"/> Limitada <input checked="" type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Ampla
Relatórios de gestão e desempenho (Frequência)	<input checked="" type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Trimestral ou mais

Relatórios de gestão e desempenho (Acessibilidade)	<input checked="" type="checkbox"/> Difícil acesso <input type="checkbox"/> Acesso limitado <input type="checkbox"/> Fácil acesso
Mecanismos de Acesso à Informação	
Canais para solicitação de informações	<input type="checkbox"/> Inexistente <input checked="" type="checkbox"/> Único Canal <input type="checkbox"/> Múltiplos canais
Prazos para resposta	<input checked="" type="checkbox"/> Não definidos <input type="checkbox"/> Definidos
Qualidade da Informação	
Clareza e compreensibilidade dos dados	<input type="checkbox"/> Incompreensível <input checked="" type="checkbox"/> Pouco clara <input type="checkbox"/> clara
Atualização das informações	<input type="checkbox"/> Desatualizada <input checked="" type="checkbox"/> Raramente atualizada <input type="checkbox"/> Regularmente atualizada <input type="checkbox"/> Constantemente atualizada
Participação Cidadã	
Canais de participação (ex: consultas públicas)	<input type="checkbox"/> Inexistente <input checked="" type="checkbox"/> Limitado <input type="checkbox"/> Moderado <input type="checkbox"/> Abrangente
Mecanismos de feedback cidadão	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Existe mais ineficaz <input type="checkbox"/> Parcialmente eficaz <input type="checkbox"/> Eficaz
Accountability	
Prestação de contas (frequência)	<input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> Raramente <input checked="" type="checkbox"/> Regularmente <input type="checkbox"/> Constantemente

Prestação de contas (qualidade)	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Responsabilização de gestores	<input type="checkbox"/> Inexistente <input checked="" type="checkbox"/> Limitada <input type="checkbox"/> moderada <input type="checkbox"/> Efetiva
Auditorias e fiscalizações independentes	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Ocasional <input type="checkbox"/> Regular
Gestão de Desempenho	
Indicadores de desempenho	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Poucos e/ou poucos claros <input type="checkbox"/> Vários mas poucos claros <input type="checkbox"/> Vários e claros
Metas e objetivos	<input checked="" type="checkbox"/> Não definidos <input type="checkbox"/> Vagamente definidos <input type="checkbox"/> Parcialmente definidos <input type="checkbox"/> Claramente definidos
Avaliação de resultados	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Ocasional <input type="checkbox"/> Regular
Tecnologia e Acessibilidade	
Uso de tecnologias para facilitar acesso	<input type="checkbox"/> Não utilizada <input checked="" type="checkbox"/> Pouco utilizada <input type="checkbox"/> Amplamente utilizada
Acessibilidade para pessoas com deficiência	<input type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Limitada <input checked="" type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Abrangente
Interfaces intuitivas	<input type="checkbox"/> Não intuitiva <input checked="" type="checkbox"/> Pouco intuitiva <input type="checkbox"/> Moderadamente intuitiva <input type="checkbox"/> Muito intuitiva
Proteção de Dados e Segurança	
Políticas de proteção de dados pessoais	<input type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Existe mais inadequada <input type="checkbox"/> Parcialmente adequada <input checked="" type="checkbox"/> Adequada

Medidas de segurança da informação	<input type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Básicas <input checked="" type="checkbox"/> Moderadas <input type="checkbox"/> Avançadas
Classificação de informações sigilosas	<input checked="" type="checkbox"/> Não realizadas <input type="checkbox"/> Realizada
Cultura Organizacional	
Treinamento de servidores em transparência	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Ocasional <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Frequente
Promoção de ética e integridade	<input type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Limitada <input type="checkbox"/> Moderada <input type="checkbox"/> Ativa
Eficiência e Eficácia	
Processos para transparência	<input type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Existem mais ineficientes <input type="checkbox"/> Parcialmente eficientes <input checked="" type="checkbox"/> Eficientes
Monitoramento do impacto das políticas de transparência	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistência <input type="checkbox"/> Em desenvolvimento <input type="checkbox"/> Existente
Ajustes e melhorias	<input type="checkbox"/> Inexistentes <input checked="" type="checkbox"/> Raramente realizados <input type="checkbox"/> Ocasionalmente realizados <input type="checkbox"/> Frequentemente realizados
Equidade e Inclusão	
Acesso igualitário à informação	<input type="checkbox"/> Muito desigual <input type="checkbox"/> Desigual <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente igualitário <input type="checkbox"/> Igualitário
Consideração de diversidade socioeconômica e geográfica	<input checked="" type="checkbox"/> Não considerada <input type="checkbox"/> Pouco considerada <input type="checkbox"/> Moderadamente considerada <input type="checkbox"/> Amplamente considerada

ANÁLISE

Base Legal e Regulatória

O município demonstra um atendimento parcial nesta dimensão. Embora possua leis de acesso à informação implementadas (nível 3), apresenta deficiências na regulamentação específica sobre transparência (nível 0) e um alinhamento apenas parcial com padrões internacionais (nível 2). Esta configuração sugere uma fundamentação legal básica, mas com necessidade de aprimoramento no arcabouço regulatório específico. A existência de leis de acesso à informação está em desenvolvimento, o que sugere que há um esforço para implementar a transparência, alinhado com o que Matias-Pereira (2014) destaca sobre a importância da Lei de Acesso à Informação (LAI) no Brasil. No entanto, a falta de regulamentações específicas sobre transparência indica uma lacuna importante, pois como apontam Cunha et al. (2021), mecanismos legais são essenciais para a efetiva implementação da política de transparência.

O alinhamento parcial com padrões internacionais como a OGP (Open Government Partnership) sugere que há espaço para melhorias. Borsio Bataglia & Farranha (2019) enfatizam a importância dessas iniciativas internacionais para promover a transparência governamental.

Mecanismos de Acesso à Informação

A análise revela fragilidades importantes nesta dimensão. Existe apenas um canal único para solicitação de informações (nível 1) e os prazos para resposta não estão claramente definidos (nível 0), indicando necessidade de melhorias substanciais nos mecanismos de interação com o cidadão. A existência de um único canal para solicitação de informações é um passo na direção certa, mas pode ser insuficiente. Matias-Pereira (2014) ressalta a importância de múltiplos canais para garantir o acesso amplo à informação. A falta de prazos definidos para resposta é uma falha significativa, pois como destacam Cunha et al. (2021), prazos claros são essenciais para a efetividade do acesso à informação.

Participação Cidadã

A análise revela fragilidades críticas nesta dimensão. Os canais de participação são limitados (nível 1) e há inexistência de mecanismos de feedback cidadão (nível 0), indicando uma lacuna significativa na interação entre governo e sociedade. Esta configuração sugere uma abordagem ainda tradicional e unidirecional da administração pública, distante dos preceitos da governança participativa contemporânea. Os canais limitados de participação e a inexistência de mecanismos de feedback cidadão são pontos críticos. Bovaird & Löffler (2003) enfatizam a importância da participação cidadã ativa nos processos de tomada de decisão e na formulação de políticas públicas.

Gestão de Desempenho

A dimensão apresenta resultados preocupantes, com inexistência de indicadores de desempenho (nível 0), metas e objetivos não definidos (nível 0) e ausência de avaliação de resultados (nível 0). Esta configuração revela uma lacuna crítica no monitoramento e avaliação das políticas públicas, comprometendo a efetividade da gestão municipal. A inexistência de indicadores de desempenho, metas não definidas e falta de avaliação de resultados são falhas significativas. Van Dooren et al. (2015) e Oliveira & Pisa (2015) destacam a importância da medição e gestão de desempenho para a eficácia das políticas públicas.

Divulgação de Informações

Esta dimensão apresenta resultados mistos. O portal de transparência encontra-se em desenvolvimento (nível 2), com publicação regular de dados abertos, porém com abrangência parcial. Um ponto crítico identificado é a inexistência de relatórios de gestão e desempenho (nível 0), comprometendo significativamente a prestação de contas à sociedade. A existência de portais de transparência em desenvolvimento e a publicação constante de dados abertos são pontos positivos. Como destacam Luciano et al. (2018), a disponibilização de informações por meio de portais é fundamental para a transparência. No entanto, a abrangência limitada dessas informações sugere que há necessidade de aprimoramento.

A falta de relatórios de gestão e desempenho é preocupante, pois como apontam de Oliveira & Pisa (2015), esses relatórios são cruciais para a avaliação da eficácia das políticas públicas e a responsabilização dos gestores.

Qualidade da Informação

A dimensão apresenta desafios significativos, com dados pouco claros (nível 1) e atualizações raras (nível 1), sinalizando a necessidade de aprimoramento na forma como as informações são apresentadas e mantidas. A pouca clareza dos dados e a atualização constante das informações apresentam um contraste interessante. Enquanto a atualização frequente é positiva, a falta de clareza pode comprometer a eficácia da transparência. Como apontam Meijer (2009) e McDermott (2010), é fundamental que os dados sejam apresentados de forma clara e compreensível para os cidadãos.

Accountability

Nesta dimensão, observa-se um desempenho variado. Enquanto a prestação de contas ocorre com regularidade (nível 2) e qualidade média (nível 2), a responsabilização de gestores apresenta-se limitada (nível 1) e há ausência de auditorias e fiscalizações independentes (nível 0). Este cenário indica um compromisso parcial com a transparência, mas com deficiências importantes nos mecanismos de controle e responsabilização. A prestação de contas constante, mas com qualidade média, indica um esforço para a transparência, porém com necessidade de melhorias. A responsabilização limitada de gestores e a inexistência de auditorias independentes são preocupantes. Armstrong (2005) e Hood & Heald (2006) ressaltam a importância da accountability e da integridade no serviço público.

Tecnologia e Acessibilidade

O município demonstra um desenvolvimento intermediário nesta dimensão. Embora as tecnologias sejam pouco utilizadas (nível 1), há um esforço parcial na acessibilidade para pessoas com deficiência (nível 2). As interfaces são consideradas pouco intuitivas (nível 1), indicando necessidade de modernização e aprimoramento das ferramentas tecnológicas. O uso limitado de tecnologias e a acessibilidade parcial para pessoas com deficiência indicam áreas que necessitam de atenção. Bertot et al. (2012) enfatizam o papel crucial da tecnologia na promoção da transparência governamental.



ANÁLISE

Proteção de Dados e Segurança

Esta dimensão apresenta resultados contrastantes. Enquanto as políticas de proteção de dados pessoais são consideradas adequadas (nível 4) e as medidas de segurança da informação moderadas (nível 2), há uma ausência na classificação de informações sigilosas (nível 0), sugerindo uma abordagem parcialmente estruturada à segurança da informação. A existência de políticas adequadas de proteção de dados pessoais e medidas moderadas de segurança da informação são pontos positivos. No entanto, a falta de classificação de informações sigilosas é uma lacuna importante, como apontam Luciano et al. (2018).

Eficiência e Eficácia

A dimensão apresenta resultados mistos. Embora os processos para transparência sejam considerados eficientes (nível 3), há inexistência de monitoramento do impacto das políticas de transparência (nível 0) e os ajustes e melhorias são raramente realizados (nível 1), indicando uma abordagem mais reativa que proativa. Processos eficientes para transparência são um ponto positivo, mas a falta de monitoramento do impacto das políticas de transparência e ajustes raramente realizados indicam áreas para melhoria. Neely et al. (2005) e Marr (2012) enfatizam a importância da melhoria contínua nos sistemas de medição de desempenho.

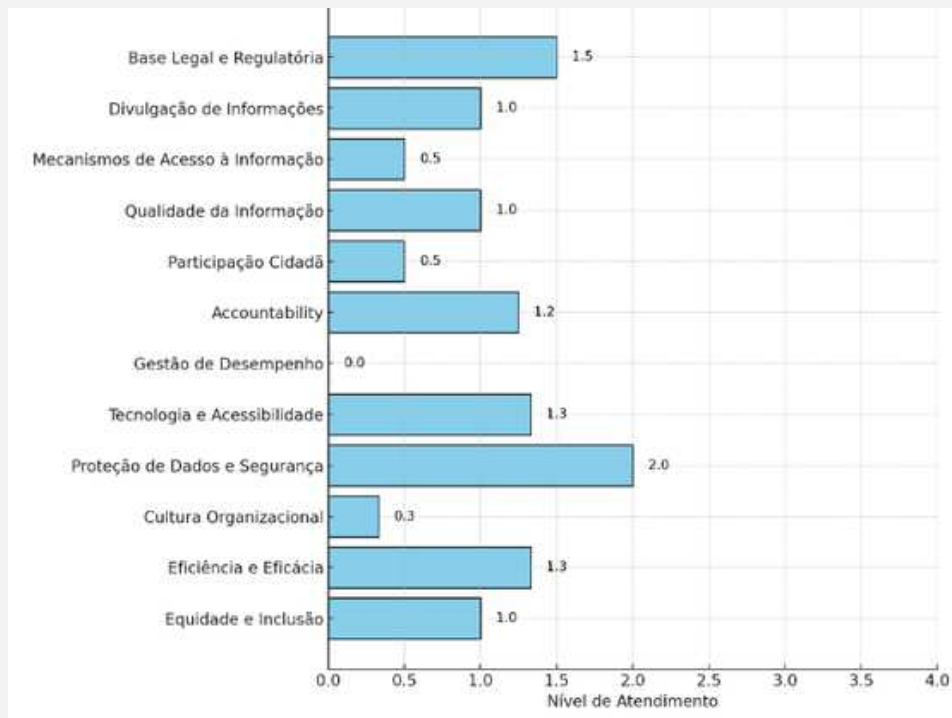
Cultura Organizacional

Os resultados indicam fragilidades significativas, com inexistência de treinamento de servidores em transparência (nível 0) e limitada promoção de ética e integridade. Este cenário sugere a necessidade de investimentos no desenvolvimento de uma cultura organizacional mais alinhada aos princípios da transparência e governança. A inexistência de treinamento de servidores em transparência e a falta de promoção de ética e integridade são falhas críticas. Matias-Pereira (2023) ressalta a importância de mudanças culturais profundas para a efetiva implementação da governança pública.

Equidade e Inclusão

A análise final revela um acesso parcialmente igualitário à informação (nível 2), porém com não consideração da diversidade socioeconômica e geográfica (nível 0). Este cenário indica a necessidade de desenvolver estratégias mais inclusivas e equitativas no acesso à informação pública. O acesso parcialmente igualitário à informação e a falta de consideração da diversidade socioeconômica e geográfica são pontos que merecem atenção. Silva (2022) destaca a importância de considerar a equidade na avaliação da governança pública municipal.

NÍVEIS DE MATURIDADE DAS DIMENSÕES DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA



O gráfico acima representa visualmente o nível de atendimento dos diferentes aspectos avaliados na implementação de transparência no município. Cada barra reflete o nível de desenvolvimento, variando de 0 a 4, para cada aspecto. Isso facilita a compreensão dos pontos de destaque e das áreas que requerem melhorias significativas, como "Gestão de Desempenho", "Cultura Organizacional" e "Participação Cidadã", que apresentam baixos níveis de atendimento. Já aspectos como "Proteção de Dados e Segurança" estão em um nível mais avançado, indicando progresso nessa área.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Base Legal e Regulatória

A prefeitura deve desenvolver regulamentações específicas sobre transparência. "mecanismos como portais de transparência, divulgação de dados abertos, auditorias governamentais e canais de participação cidadã são essenciais para a implementação efetiva de uma política de transparência" (Castro, 2013; Luciano et al., 2018; Borsio Bataglia & Farranha, 2019).

Mecanismos de Acesso à Informação

A prefeitura deve estabelecer múltiplos canais para solicitação de informações e definir prazos claros para resposta. "a transparência está intrinsecamente relacionada à boa governança pública, que engloba também a participação cidadã, a integridade e a prestação de contas" (Matias-Pereira, 2023).

Participação Cidadã

A prefeitura deve implementar canais mais abrangentes de participação e mecanismos eficazes de feedback cidadão pois "a participação cidadã envolve o envolvimento ativo dos cidadãos nos processos de tomada de decisão e na formulação de políticas públicas" (BOVAIRD; LÖFFLER, 2003).

Gestão de Desempenho

: A prefeitura deve desenvolver e implementar indicadores de desempenho claros, definir metas e objetivos, e realizar avaliações regulares de resultados, modelos como o Balanced Scorecard (BSC) (KAPLAN; NORTON, 1992), o Prisma de Desempenho (NEELY et al., 2002) e o Modelo de Excelência da EFQM (EFQM, 2013) podem ser adaptados para o setor público.

Proteção de Dados e Segurança

É necessário implementar um sistema de classificação de informações sigilosas, mantendo as boas práticas já existentes de proteção de dados pessoais. Deve-se estabelecer critérios claros para classificação das informações (ultrassecreto, secreto, reservado), definir procedimentos de manuseio específicos para cada nível e treinar os servidores nesses protocolos. Como apontam Luciano et al. (2018), a gestão adequada de informações sigilosas é fundamental para garantir tanto a transparência quanto a segurança dos dados sensíveis.

Eficiência e Eficácia

É crucial implementar um sistema de monitoramento do impacto das políticas de transparência e realizar ajustes frequentes um vez que "é crucial que os resultados obtidos a partir dos sistemas de medição sejam efetivamente utilizados para orientar ações de melhoria contínua, ajustes estratégicos e a alocação eficiente dos recursos públicos" (NEELY et al., 2005; MARR, 2012).

Divulgação de Informações

É crucial implementar a publicação regular de relatórios de gestão e desempenho; "a medição de desempenho é fundamental para avaliar a eficácia das políticas públicas, a qualidade dos serviços prestados e a eficiência na alocação dos recursos" (VAN DOOREN et al., 2015).

Qualidade da Informação

É necessário aumentar a clareza e compreensibilidade dos dados, uma vez que "é fundamental que os dados sejam apresentados de forma clara, acessível e compreensível para os cidadãos, facilitando sua participação e controle social" (Meijer, 2009; McDermott, 2010).

Accountability

É crucial implementar auditorias e fiscalizações independentes regulares e melhorar a responsabilização de gestores já que "a transparência também deve ser acompanhada de mecanismos de accountability e de uma cultura de integridade e ética no serviço público" (Armstrong, 2005; Hood & Heald, 2006).

Tecnologia e Acessibilidade

É necessário ampliar o uso de tecnologias para facilitar o acesso à informação e melhorar a acessibilidade para pessoas com deficiência pois "a adoção de mecanismos de transparência, como portais eletrônicos de acesso à informação e a publicação de dados abertos, fortalece a accountability e o controle social sobre a gestão pública" (BERTOT et al., 2012; MATÍAS-PEREIRA, 2014).

Cultura Organizacional

A prefeitura deve implementar treinamentos regulares de servidores em transparência e promover ativamente a ética e integridade; "a necessidade de mudanças profundas na cultura organizacional e nos modelos mentais dos gestores públicos" é um desafio crítico a ser superado (Matias-Pereira, 2023).

Equidade e Inclusão

A prefeitura deve desenvolver uma estratégia abrangente que considere as diferentes realidades socioeconômicas e geográficas do município no acesso à informação. Isto inclui: criar pontos de acesso físico em diferentes regiões, principalmente nas mais vulneráveis; disponibilizar informações em múltiplos formatos e linguagens acessíveis; e estabelecer canais alternativos de comunicação para atender diferentes perfis da população. Como destaca Silva (2022), a verdadeira transparência só é alcançada quando considera as diversidades locais e garante acesso equitativo a todos os cidadãos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação global do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itabuna revela um cenário que oscila entre práticas estabelecidas e lacunas significativas. Das 12 dimensões analisadas, observa-se que apenas algumas alcançaram níveis satisfatórios de maturidade, enquanto a maioria apresenta oportunidades substanciais de melhoria.

Em suma, enquanto alguns aspectos da prática de transparência em Itabuna-BA alinham-se com as recomendações teóricas, há áreas significativas onde a realidade diverge das melhores práticas preconizadas pela literatura. Isso sugere que, embora haja um movimento na direção correta, ainda existem desafios substanciais a serem superados para alcançar um nível de transparência e governança pública alinhado com as expectativas teóricas e as demandas da sociedade contemporânea.



A avaliação dos mecanismos de transparência na administração pública representa um processo fundamental para garantir a efetividade e o aprimoramento contínuo da gestão pública. Este diagnóstico permite identificar lacunas, pontos fortes e oportunidades de melhoria nos sistemas e processos existentes, possibilitando o desenvolvimento de estratégias mais assertivas para a promoção da transparência governamental. Além disso, a análise sistemática destes mecanismos contribui para a otimização dos recursos públicos, uma vez que permite direcionar investimentos e esforços para áreas que realmente necessitam de intervenção.

O diagnóstico dos mecanismos de transparência também é crucial para o fortalecimento da participação social e do controle democrático. Ao avaliar a eficácia dos canais de comunicação, a acessibilidade das informações e a qualidade dos dados disponibilizados, a administração pública pode adequar suas práticas às necessidades reais dos cidadãos. Esta avaliação sistemática permite compreender como a informação está chegando ao público-alvo e se os mecanismos utilizados estão cumprindo seu papel de promover a transparência de forma efetiva e equitativa.

Por fim, a avaliação constante dos mecanismos de transparência serve como instrumento para a modernização e evolução da gestão pública. Em um contexto de rápidas mudanças tecnológicas e sociais, o diagnóstico regular permite que a administração pública se mantenha atualizada e responsiva às novas demandas da sociedade. Este processo avaliativo contribui para a construção de uma cultura organizacional mais voltada à transparência e à prestação de contas, elementos essenciais para uma governança pública efetiva e para o fortalecimento da confiança entre governo e sociedade.



RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Grupo Multidisciplinar

A implementação do modelo diagnóstico de mecanismos de transparência deve ser conduzida por um grupo de trabalho multidisciplinar. Esse grupo precisa contar com a participação de representantes de diferentes áreas da administração pública, garantindo que todas as dimensões do modelo sejam abordadas. Membros de departamentos como governança, auditoria interna, compliance, e comunicação institucional devem compor esse time, trazendo diferentes perspectivas e expertises para garantir a eficácia da aplicação.

Coordenação e Liderança

Para coordenar as atividades e garantir o alinhamento de todos os setores envolvidos, é recomendável que um departamento específico assuma a liderança do processo. Geralmente, a Controladoria-Geral ou uma Comissão de Transparência assume essa função, garantindo que as iniciativas sejam executadas conforme as diretrizes do modelo diagnóstico. Esses órgãos também são responsáveis por acompanhar o progresso, realizar ajustes conforme necessário e garantir a conformidade com as melhores práticas de governança pública.

Participação dos Departamentos

Cada departamento envolvido desempenha um papel essencial na implementação. O setor de tecnologia da informação, por exemplo, será responsável por ajustar as plataformas digitais e garantir a acessibilidade do portal de transparência. Já a equipe de comunicação institucional pode assegurar que as informações sejam divulgadas de forma clara e acessível ao público. Os auditores internos e o compliance monitoram e avaliam a adequação das práticas implementadas à legislação vigente e às normas de transparência pública.



REFERÊNCIAS

- Armstrong, E. (2005). Integrity, transparency and accountability in public administration: Recent trends, regional and international developments and emerging issues. United Nations, Department of Economic and Social Affairs.
- Bertot, J. C., Jaeger, P. T., & Grimes, J. M. (2012). Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government. *Transforming Government: People, Process and Policy*, 6(1), 78–91.
- Borsio Bataglia, R., & Farranha, A. C. (2019). Transparência governamental e inovação institucional: o caso do Open Government Partnership (OGP). *Revista de Administração Pública*, 53(3), 560–578.
- Bovaird, T., & Löffler, E. (2003). Evaluating the quality of public governance: Indicators, models and methodologies. *International Review of Administrative Sciences*, 69(3), 313–328.
- Castro, M. F. (2013). Governança e transparência na administração pública: uma análise de sua aplicabilidade. *Revista de Administração Pública*, 47(1), 1–18.
- Cunha, E. S., Martins, R. L., & Pires, L. D. (2021). A importância da regulamentação na implementação de políticas de transparência pública. *Cadernos de Administração Pública*, 12(3), 245–261.
- Filgueiras, F., & Almeida, J. M. (2021). Transparência e governança pública: desafios e perspectivas para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 36(107), e3610702.
- Gomes, E., & Amorim, M. (2017). A equidade no acesso à informação como pilar da governança pública: desafios para a transparência. *Revista do Serviço Público*, 68(2), 203–219.
- Hood, C., & Heald, D. (2006). *Transparency: The Key to Better Governance?* Oxford University Press.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1992). The Balanced Scorecard: Measures that drive performance. *Harvard Business Review*, 70(1), 71–79.
- Klein, A., Peters, T., & Schumann, M. (2018). Indicadores de desempenho no setor público: uma análise comparativa. *Gestão e Desenvolvimento*, 15(2), 45–58.
- Luciano, E., Tavares, R., & Silva, C. (2018). Segurança da informação e proteção de dados no contexto da transparência pública. *Revista de Estudos em Administração Pública*, 24(1), 49–66.
- LOME, Israel Barbosa; MOURA, Louisi Francis. Transparência e governança pública: uma avaliação dos mecanismos utilizados por uma prefeitura no Nordeste Brasileiro.
- Marr, B. (2012). *Key Performance Indicators: The 75 measures every manager needs to know*. Financial Times/Prentice Hall.
- Matias-Pereira, J. (2014). *Manual de Governança Pública: Transparência e Controle Social na Administração Pública*. Atlas.
- Matias-Pereira, J. (2023). *Transparência e accountability na gestão pública brasileira: desafios e perspectivas*. Fundação Getulio Vargas.
- McDermott, P. (2010). Transparency and public value—Making government information accessible. *Proceedings of the European Conference on e-Government*, 14, 233–240.
- Meijer, A. J. (2009). Understanding modern transparency. *International Review of Administrative Sciences*, 75(2), 255–269.
- Michener, G., & Bersch, K. (2013). Identifying transparency. *Information Polity*, 18(3), 233–242.
- Neely, A., Adams, C., & Kennerley, M. (2002). *The Performance Prism: The Scorecard for Measuring and Managing Business Success*. Financial Times/Prentice Hall.
- Neely, A., Gregory, M., & Platts, K. (2005). Performance measurement system design: A literature review and research agenda. *International Journal of Operations & Production Management*, 25(12), 1228–1263.
- Oliveira, A., & Pisa, A. (2015). Relatórios de desempenho como instrumento de transparência e accountability no setor público. *Revista Gestão e Políticas Públicas*, 5(1), 89–110.
- Raupp, M. A., & Pinho, J. A. G. de. (2016). Accountability e controle social: Avaliação e monitoramento de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, 50(6), 1089–1108.
- Silva, P. (2022). Avaliação da governança pública municipal: transparência e equidade no acesso à informação. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 32(1), 55–78.
- Van Dooren, W., Bouckaert, G., & Halligan, J. (2015). *Performance Management in the Public Sector*. Routledge.
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. (2019). A cultura organizacional como fator crítico na implementação da transparência pública. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34(101), 1–12.

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

À

Secretaria de governo

Prefeitura Municipal de Itabuna

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado “Guia de Aplicação de um Modelo Diagnóstico de Mecanismos de Transparência na Administração Pública”, derivado da dissertação de mestrado “TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA: UMA AVALIAÇÃO DOS MECANISMOS DE TRANSPARENCIA”, de autoria de “Israel Barbosa Lome”.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um “Processo/Tecnologia” e seu propósito é fornecer um método simples e eficaz para diagnosticar os mecanismos de transparência utilizados pela administração pública em portais de transparência.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço profiap.coord@utfpr.edu.br.

Cidade, UF ____ de _____ de 20 ____

Registro de recebimento

Discente: Israel Barbosa Lome

Orientadora: Profa. Dra. Louisi Francis Moura

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

15 de novembro de 2024

